



Secretaria Regional
de Educação
Direção Regional de Educação



PARLAMENTO JOVEM REGIONAL – XVIII EDIÇÃO

Tema: “Energias alternativas e desenvolvimento sustentável”

Identificação da Escola: Escola Básica do 1º e 2º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia.

Projeto de Recomendação

Exposição de motivos:

*“o Governo Regional pretende, simultaneamente, aumentar para 20% a participação dos recursos energéticos renováveis e reduzir as emissões de dióxido de carbono. Pretende acima de tudo, **que metade da energia elétrica da RAM venha a ser produzida através de fontes renováveis**”*

Eduardo Jesus (Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura entre 2015 e 2017 e atual deputado independente na Assembleia Legislativa Regional)

O Governo Regional alinha portanto, a sua política energética pelos objetivos nacionais e da comunidade europeia subscrevendo-os no PAESI (Plano de ação de energia sustentável). Ou seja: compromete-se em diminuir o uso das energias fósseis (petróleo e carvão), implementando o recurso a fontes de energias alternativas, não poluentes, como as energias hídrica, eólica e solar.

Com efeito, a obra em execução - da responsabilidade da EEM (empresa de eletricidade da Madeira) - de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta - medida prevista no PNAER 2010 (plano Nacional de Ação para as energias renováveis) - é a materialização da política internacional, nacional e regional que visa, em simultâneo, diminuir o efeito estufa provocado pelas emissões de CO₂ e assegurar um desenvolvimento sustentável. Isto é: que não comprometa o futuro das próximas gerações, esgotando definitivamente as fontes de energia não renováveis, como o carvão e o petróleo, mas que recorra a soluções e alternativas que permitam salvaguardar o bem-estar e as necessidades energéticas do presente.

Com efeito, diferentes acordos internacionais depois do protocolo de Quioto (assinado em 1997 e em vigor desde 2005) determinam uma cota máxima de emissão GEE (Gases com Efeito Estufa) por parte dos países desenvolvidos. Estes, por sua vez, criam leis que restringem essas emissões.

Tal implicou, portanto, a definição de estratégias e de compromissos comuns, como aumentar a contribuição das fontes de energia renováveis na produção de energia elétrica e garantir a eficiência energética através de energias limpas. Lamentavelmente, a obra de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta e outros projetos similares, norteados por estes princípios, são mal compreendidos e quase sempre impopulares devido a uma escassa e deficiente comunicação dos seus propósitos e benefícios. É necessário, portanto, repensar estratégias nas áreas da comunicação para as massas.

Muito se pode fazer ainda a nível da sensibilização e consciencialização para as boas práticas ambientais, assim como quanto ao recurso das energias alternativas, muitas vezes ao alcance de cada um de nós, até porque a RAM apresenta condições favoráveis para a sua produção e utilização: sol, água e vento (em determinadas regiões).

Solicitamos pois, aos senhores deputados, a reflexão, discussão e aprovação destas medidas de recomendação para uma maior eficácia da política energética da RAM e uma menor dependência das fontes tradicionais, que implicam a importação de combustíveis fósseis (tornando a nossa economia muito vulnerável à variação dos preços destes) e ameaçando o desenvolvimento sustentável.

Medidas Propostas: *(Redigir com clareza e objetividade, sem alíneas)*

1 - Manter a aposta e o investimento na RAM (recorrendo a fundos comunitários) na produção de energia elétrica não só a partir da energia hídrica e eólica mas, também, fotovoltaica, de forma a minimizar o recurso às fontes tradicionais de energia (petróleo e carvão).

2 - Explicar e divulgar as vantagens dos projetos, em vias de desenvolvimento ou a implementar, relativos ao aproveitamento das energias alternativas renováveis, em ações de sensibilização, em guias e brochuras com uma linguagem acessível; promover campanhas de sensibilização e informação (que incluam ações de rua, expressão dramática, concursos e todo o tipo de atividades lúdicas) sobre eficiência energética e vantagens do recurso às energias alternativas; criar o ***Dia Regional da Ação Climática*** com iniciativas que envolvam os cidadãos e os tornem cada vez mais conscientes da necessidade de apoiarem a política energética já implementada e que os transformem também, em agentes comprometidos e empenhados na redução e uso eficiente, no quotidiano, da energia elétrica (proveniente ainda, na sua maioria, de combustíveis fósseis, altamente poluentes) e na aquisição e utilização de equipamentos que permitam o uso de outras fontes de energia.

3 - Desenvolver estratégias que incentivem os particulares a investir em transportes não poluentes abolindo as tarifas de estacionamento público para carros elétricos; aumentando mais os benefícios fiscais e o número de postos de abastecimento desses veículos e, em paralelo, criando medidas assertivas de fiscalização e penalização dos meios de transporte que ultrapassem os limites legais de emissão de CO₂, aplicando por exemplo, fiscalizações frequentes, com equipamentos de medida próprios para o efeito.

4 - Aumentar os incentivos fiscais às empresas e aos particulares que substituam as tradicionais fontes de energia, assim como aos empresários interessados em participar na produção e criação de equipamentos necessários à utilização de energias renováveis, procurando incentivar a concorrência neste mercado visando, por esta via, a redução de preços.

Uma Questão (relacionada com o tema)

Sabe o Senhor Deputado se os objetivos traçadas no PAESI (Plano de Ação para a Energia Sustentável) têm vindo a ser concretizadas ou se existem desvios que possam comprometer a meta estabelecida para 2020: conseguir que **“metade da energia elétrica da RAM venha a ser produzida através de fontes renováveis”** ?

Identificação dos Deputados Eleitos

1ºefetivo – Bárbara Drummond Borges França

2º efetivo – Mariana Filipa Pinto Dionísio

1º suplente – Maria Clara Pereira Araújo

2º suplente – Leonor Rodrigues Ornelas Nunes

Identificação do Jornalista

Leonor Rodrigues Ornelas Nunes

Proposta de tema para a próxima edição do PJR

O combate à poluição.